



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1013580-75.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Otto Emerson Barnabé**  
 Requerido: **Amélia Cristina dos Santos Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Otto Emerson Barnabé move ação contra Amélia Cristina dos Santos Silva, pedindo a condenação da ré ao pagamento de R\$ 35.200,00 a título de indenização por danos morais, sob o fundamento de que, sendo os dois professores e colegas em creche municipal, esta injusta e indevidamente o acusou de ter praticado atos libidinos com uma de suas alunas e de ter, ainda, comportamentos inadequados para com os alunos em geral, comportamento ilícito da ré que trouxe ao autor, perante os colegas de trabalho, pais de alunos e a comunidade, profundo constrangimento e humilhação.

Sustentou a ré, em contestação, que o autor de fato apresentava comportamento inadequado com as crianças em seu colo, fato que a ré levou ao conhecimento da diretora da escola, sendo que, meses depois, a mãe de uma das alunas mencionou um incidente relatado por sua filha à ré, e esta apenas o repassou à diretora e, mais tarde, ao Ministério Público, sendo que não houve de sua parte qualquer abuso no exercício de seu direito de levar a *noticia criminis* às



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

autoridades responsáveis pela investigação.

O autor ofertou réplica.

Em audiência de instrução, ouviram-se as partes e quatro testemunhas.

É o relatório. Decido.

A ré teria o direito de denunciar fato a respeito do qual de boa-ré e responsabilmente suspeitasse, todavia, no caso dos autos, não é o que ocorreu, eis que agiu de modo despropositado, em exercício irregular de seu direito, razão pela qual deverá responder pelos danos causados ao autor, ainda que este tenha sofrido investigação e mesmo que ao final o inquérito tenha sido arquivado (STJ: 4ª Turma, REsp n. 468.377/MG, Rel. Sálvio de Figueiredo Teixeira, unânime, DJU de 23.06.2003; 3ª Turma, AgRg no Ag n. 945.943/MS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, unânime, DJU de 14.12.2007; 4ª Turma, REsp n. 254.414/RJ, Rel. Min. Jorge Scartezzini, unânime, DJU de 27.09.2004; 3ª Turma, REsp n. 470.365/RS, Relatora Ministra Nancy Andrichi, unânime, DJU de 01.12.2003).

O ponto nevrálgico da lide, nessa linha de raciocínio, reside em avaliar se a ré, em sua conduta, agiu com má-fé ou despropósito, caso em que configurado abuso no direito de denunciar (art. 187, CC).

Colhida a prova, reputo que a ré, no caso específico, agiu de modo abusivo de duas maneiras. Primeiro, ao denunciar o autor sem fundamento válido, inclusive perante o Ministério Público. Segundo e mais importante, ao divulgar suas suspeitas a terceiros, não conferindo a elas o sigilo e a discrição imprescindível.

Tem-se nos autos, primeiramente, que desde antes do suposto incidente envolvendo a criança filha da testemunha Angelina Marcia Francisco, a ré já apresentava suspeitas manifestamente infundadas contra o autor, fato a demonstrar a dificuldade, de sua parte, de filtrar sua pré-compreensão sobre a pessoa do autor de modo a examinar a conduta deste com o devido equilíbrio e racionalidade.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Com efeito, como relatado pela então diretora, às fls. 163/164 dos presentes autos e também no inquérito policial (fls. 53/55), a ré primeiramente denunciou o autor à diretoria por conta apenas do "modo" pelo qual este colocaria as crianças no colo, conduta à qual a ré, sem qualquer fundamento minimamente aceitável (vejam-se os vagos relatos da ré no inquérito policial, fls. 73/74, e em juízo, fls. 158), atribuiu conotação sexual ou sensual.

Ao contrário, o comportamento do autor, atencioso e zeloso para com os alunos, cujo carinho jamais teve o significado proposto pela ré, não justificava a referida suspeita, conforme relatado por testemunhas ouvidas no inquérito policial, sejam elas funcionários da escola ou pais de alunos, fls. 56, 57/58, 62, 68, 69, 70, ou por depoimentos colhidos em juízo, fls. 159/160, 163/164.

Posteriormente, a situação veio a assumir conotação mais grave e provocar indiscutíveis danos morais ao autor, com o suposto incidente narrado por Angelina Marcia Francisco, genitora de uma das alunas.

Com efeito, segundo os depoimentos existentes nos autos, destacando-se o de fls. 163/164, da diretora, meses após aquela primeira denúncia feita pela ré à diretoria, a ré veio relatar-lhe o suposto incidente.

Destaca-se, sobre esse fato, a total falta de cuidado da ré para com a verificação mínima sobre o ocorrido, tendo-se deixado levar por seus preconceitos anteriores em relação à pessoa do autor.

Realmente, notamos que a referida mãe, ouvida em audiência, fls. 165, narrou um relato a partir do qual sequer é possível identificar o autor como sendo o "tio" a que fez alusão a criança, sendo notório que crianças muitas vezes mencionam situações ocorridas dias ou semanas antes, nada podendo ser extraído, da narrativa apresentada pela menor à mãe, no sentido de que estaria fazendo referência, ali, à pessoa do autor.

Se não bastasse, a ré, além de denunciar o fato à diretora, mais à frente levou-o ao



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Ministério Público, provocando o desencadeamento de uma investigação que, como se deu no âmbito administrativo, foi arquivada.

E, por fim, consoante relatado por testemunha ouvida no inquérito policial (fls. 57: "fuxico" da ré) e pelas testemunhas ouvidas às fls. 159/160 (duas faxineiras disseram-lhe que foi a ré quem lhe contou sobre os fatos) e 161/162 (a ré contou o fato diretamente à testemunha) dos autos, a ré não se contentou em relatar as suas suspeitas às autoridades, com a necessária discrição, vindo a divulgá-lo desnecessariamente a terceiros, dando ensejo a toda sorte de constrangimentos e humilhações à pessoa do autor.

O dano moral é bem entendido como o dano extrapatrimonial, isto é, a lesão a interesse não diretamente suscetível de avaliação econômica (GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Responsabilidade Civil. 1ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 55; DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 19ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 84; GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 8ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2013. p. 359).

A personalidade tem um aspecto pessoal e um aspecto social, por isso correta a lição doutrinária segundo a qual a ofensa poderá lesionar, de um lado, a valoração do próprio indivíduo sobre si ("esfera da subjetividade"), ou, de outro, a valoração da sociedade sobre o indivíduo ("o plano valorativo da pessoa na sociedade") (BITTAR, Carlos Alberto. Reparação civil por danos morais. 4ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2015. p. 45).

No presente caso, não há dúvida de que os dois aspectos foram atingidos.

A imagem do autor perante a comunidade foi gravemente afetada, assim como a sua valoração pessoal, auto estima e integridade psíquica.

Outra questão diz respeito ao valor da indenização, caso identificado o dano moral. A dificuldade está em se mensurar a indenização, pois a régua que mede o dano não é a mesma que mede a indenização. Se o dano é material, o patrimônio e sua variação constituem



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

parâmetros objetivos para a indenização<sup>1</sup>. Há equivalência lógica entre o dano e a indenização, porque ambos são conversíveis em pecúnia. Isso não se dá, porém, em relação ao dano moral. Por sua natureza, inexistem parâmetros para se medir, em pecúnia, a extensão do dano não patrimonial.

Isso significa que um pagamento em dinheiro jamais reparará o dano moral, vez que a dignidade aviltada pela lesão não é restituída, com qualquer pagamento, à situação existente antes do dano.

Tal circunstância bem explica a impossibilidade de se arbitrar, de modo objetivo, o valor da indenização, com base na extensão do dano. Com efeito, é teoricamente possível, embora não sem esforço, graduar as lesões a direitos da personalidade, ao menos a título comparativo, podendo-se definir, de caso concreto em caso concreto, segundo critérios de razoabilidade, níveis de intensidade da lesão. Mas da graduação do dano não se passa, objetivamente, à gradação da indenização, que se dá em pecúnia. O problema não é resolvido. Por esse motivo, tem-se a inaplicabilidade, ao menos total, da regra do art. 944 do CC, segundo a qual “a indenização mede-se [apenas] pela extensão do dano”.

A indenização deve levar em conta o papel que desempenha. Em realidade, a indenização exerce função diversa, no dano moral, daquela desempenhada no dano material. A função é compensatória, ao invés de reparatória. A indenização corresponde a um bem, feito ao lesado, no intuito de compensá-lo pela lesão imaterial sofrida, como um lenitivo, uma satisfação que servirá como consolo pela ofensa cometida.

Às vezes, esse propósito compensatório pode ser promovido por intermédio de punição: a indenização – dependendo de seu valor – é vista como retribuição ao ofensor pelo mal por ele causado, o que pode trazer para a vítima alguma paz de espírito.

Mas a punição é função secundária, e não autoriza indenizações em patamar

<sup>1</sup> No caso do dano emergente, paga-se o montante estimado para o restabelecimento do patrimônio anterior, que foi diminuído. No caso dos lucros cessantes, paga-se valor estimado com base na expectativa razoável de acréscimo patrimonial, que foi obstado.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

extraordinário como as verificadas em outros ordenamentos jurídicos, mormente no norte-americano por intermédio dos punitive damages.

Nosso sistema jurídico não prevê essa figura, consoante lição do STJ: “(...) A aplicação irrestrita das punitive damages encontra óbice regulador no ordenamento jurídico pátrio que, anteriormente à entrada do Código Civil de 2002, vedava o enriquecimento sem causa como princípio informador do direito e após a novel codificação civilista, passou a prescrevê-la expressamente, mais especificamente, no art. 884 do Código Civil de 2002.” (AgRg no Ag 850.273/BA, Rel. Min. Des. Convocado HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO do TJ/AP, 4ªT, j. 03/08/2010).

Com os olhos voltados à função compensatória, a doutrina e a jurisprudência traçaram as principais circunstâncias a serem consideradas para o arbitramento do dano moral, sendo elas (a) a extensão do dano, isto é, da dor física ou psíquica experimentada pela vítima (b) o grau de culpabilidade do agente causador do dano (c) a eventual culpa concorrente da vítima, como fator que reduz o montante indenizatório (d) as condições pessoais da vítima (posição política, social e econômica).

Há quem ainda proponha a condição econômica do ofensor, referida na fundamentação de muitos precedentes. Todavia, tal elemento deve ser bem compreendido, à luz das soluções que os precedentes tem apresentado nos inúmeros casos postos à apreciação judicial. Com efeito, a jurisprudência preocupa-se muito com a questão do enriquecimento indevido, o que serve de argumento contrário à fixação de valores indenizatórios altíssimos com base na robusta condição do ofensor. Temos observado que, na realidade, a condição econômica é considerada, mas especial e essencialmente nos casos de ofensores de modestas posses ou rendas, para reduzir equitativamente a indenização, evitando a ruína financeira.

No presente caso, não há dúvida de que a extensão do dano, seja por sua intensidade, seja por sua duração, inclusive pela gravidade da acusação injusta a que exposto o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

autor, da qual tiveram conhecimento professores e pais de alunos, foi significativa, e a indenização, levando em conta apenas esse critério, deveria ser arbitrada em montante superior ao que será imposto.

Todavia, embora inequívoca a culpabilidade da ré, o grau de culpa é menor do que poderia parecer num primeiro momento (tendo em conta o dano causado), vez que não agiu de má-fé (isto é: sabendo que o autor era inocente), e sim de modo irresponsável, ademais os danos mais graves tiveram origem em uma suposição falsa feita, de início, pela genitora da criança, não pela ré.

Ainda para o fim de reduzir o montante indenizatório, deve ser ponderado que as condições sociais e econômicas da ré não são expressivas.

A indenização será arbitrada, no presente caso, em R\$ 5.000,00.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para condenar a ré a pagar ao autor R\$ 5.000,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP a partir da presente data e juros moratórios de 1% ao mês desde 01.10.2014 (data aproximada do fato ilícito).

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, no primeiro grau.

Concedo às duas partes a AJG.

P.I.

São Carlos, 01 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**